

2

A função do falo no complexo de Édipo

A partir do tema geral desta pesquisa sobre a direção do tratamento na análise com crianças, podemos pensar as questões de que tratará este capítulo. Esse percurso teórico pode seguir alguns caminhos, no entanto, não há outro ponto de partida que não seja a relação da criança com a mãe como ser marcado pela linguagem e, portanto, pela falta. A partir desse ponto, muito pode ser discutido, inclusive quanto ao lugar do pai nessa relação. Mas até para situar a função do pai, parte-se de como a mãe, a partir de sua falta, estabeleceu sua relação com esse homem e em que lugar nessa dinâmica entrará a criança.

Nesse sentido, nos utilizamos aqui das indicações de Laurent (2003), que podem ser localizadas também em Miller (1997) e que situam dois momentos no ensino de Lacan com relação ao nosso tema. O primeiro estaria referido ao Édipo freudiano com suas formulações sobre a articulação entre o desejo da mãe e o Nome-do-Pai e a produção da significação fálica como resultado dessa articulação. O segundo momento estaria referido ao que é denominado de crítica do falo e que estaria relacionado ao conceito de objeto a ¹, que permitirá ressituar os lugares colocados no Édipo.

Trataremos aqui deste primeiro momento que se refere justamente ao complexo de Édipo. Neste caminho, abordaremos dois conceitos que são o centro da questão do Édipo: o *falo*, desde o momento em que orienta a identificação da criança quanto ao objeto de desejo da mãe, até o momento em que aparece como significação fálica, resultado da incidência do pai nessa relação; e a *castração*, como ponto nodal de todo o processo.

¹ O conceito de objeto a tem diferentes acepções no ensino de Lacan e sua delimitação constitui um tema central do próximo capítulo. Como primeira aproximação ao tema, podemos apresentar esta definição que busca resumir as mudanças que o conceito foi assumindo. O objeto a : “designou inicialmente o semelhante, passou ao estatuto de objeto do desejo como *agalma*, objeto precioso que buscamos no outro. Posteriormente como objeto inalcançável adquiriu o estatuto de ‘objeto causa de desejo’ sendo motor do desejo. No final do ensino de Lacan foi associado a um excesso de gozo como ‘mais-de-gozar’ e finalmente Lacan vincula a noção de a ao conceito de semblante do ser” (Abreu, 2007, p.5). Também sobre o objeto a , cf. Rosa, 2008.

A construção deste caminho parte das formulações teóricas quanto ao complexo de Édipo, mas principalmente da clínica de crianças com seu momento inicial referido à apresentação do caso Hans por Freud². A forma de abordagem desse caso por Freud nos deixa indicações valiosas quanto ao percurso a ser realizado por uma criança em análise. Laurent (2003) retoma essas indicações e extrai uma questão central do que é apresentado por Freud e que se constitui como a principal indicação para o caminho teórico que realizaremos aqui. Essa questão diz respeito à possibilidade de se pensar a *criança como falo*. Essa indicação inicial trará uma série de consequências para se pensar a clínica. A partir desta primeira idéia, Laurent irá se referir às formulações de Lacan nos anos de 1956 a 1958, que retomam indicações de Freud sobre o Édipo em uma *teoria fálica*, como doutrina clássica e afirmará sobre o tratamento com crianças:

O fim de análise com as crianças é perfeitamente dedutível desta doutrina clássica. O que é analisar uma criança? Da posição clássica é assegurar-se que ela tem uma versão do falo, quer dizer, assegurar-se que a criança não é o falo mas mantém uma relação com ele, por haver sido. É preciso assegurar-se, por um lado, que o tenha sido e, por outro, que já não o seja. (Laurent, 2003, p. 30 - tradução livre)³

Então, a partir da teoria de Freud e Lacan, segundo essa indicação de Laurent, analisar uma criança a partir dessa concepção clássica é constatar que ela foi o falo em algum momento, mas já não é mais. Ou seja, ela ocupou esse lugar, mas pôde separar-se dele.

A partir dessas reflexões mais gerais, pode-se indicar como objetivo deste capítulo o percurso por esses conceitos para responder a algumas questões. Em primeiro lugar: o que é e em que implica “ser o falo” para uma criança? O que significa ocupar esse lugar junto à mãe? E, em seguida, como separar-se dessa posição? O que a criança precisa construir para que seja possível abandonar esse lugar? E, finalmente, o que resta desse trabalho? Qual o resultado dessa série de operações que a criança realizou em torno do falo?

Pretende-se apresentar os desenvolvimentos de Freud e Lacan sobre o falo e demonstrar de que maneira ele é um elemento central para se pensar o Édipo. A

² Cf. Freud (1909), “Análise de uma fobia em um menino de cinco anos”.

³ “El fin de análisis con los niños era perfectamente deducible de esta doctrina clásica. Qué es analizar un niño? Desde esta posición clásica es asegurarse que tiene una versión del falo, es decir, asegurarse que el niño no es el falo pero mantiene una relación con él, por haberlo sido. Es preciso asegurarse, por una parte, que lo há sido y, por outra, que ya no lo sea.” (Laurent, 2003, p. 30).

ideia é apresentar o modo como o falo se coloca como chave para a articulação e depois para a dissolução do Édipo. Isso significa que buscaremos apresentar o lugar do falo desde os primeiros momentos da relação imaginária entre mãe e criança, até a entrada efetiva do Nome-do-Pai e a constatação da castração como o que se coloca no início e também na saída do Édipo.

2.1

Falo: um conceito “antievolutivo”

Neste primeiro momento de seu ensino, Lacan, ao retomar a centralidade do conceito de falo proposta por Freud, o ressitua como consequência da lógica significante e, assim, referido à cultura:

Ele é (o falocentrismo), bem entendido, inteiramente condicionado pela intrusão do significante no psiquismo do homem, e estritamente impossível de deduzir de qualquer harmonia preestabelecida do dito psiquismo com a natureza que ele exprime. (Lacan, 1955-56/1998, p. 561)

Essa reformulação teórica que Lacan constrói quanto ao falo tem duas consequências decisivas. Em primeiro lugar, ao referir o falo como condicionado pelo significante, rompe com qualquer concepção naturalista do falo como órgão ou como um dos objetos parciais em uma concepção desenvolvimentista da constituição da subjetividade. E, como consequência disso, também marca a diferença de seu ensino em relação a uma concepção que situa o falo como objeto que seria resultado de uma progressão para se atingir a “fase genital” como um ideal.

No contexto dessa discussão, Lacan sublinha a importância da concepção de Karl Abraham quanto ao objeto parcial como uma “contribuição original” (Lacan, 1958/1998, p. 611), mas também adverte quanto ao modo como esse conceito deu origem à concepção idealizada de que o “quebrado e decomposto” (Ibid., p. 613) do objeto poderia ser superado. Aí surge a ideia de oposição entre um caráter pré-genital e um caráter genital, sendo este último um ideal a ser atingido através da análise, quando seria possível passar do objeto parcial ao objeto total.

Lacan nos lembra como o Édipo, proposto por Freud, já anunciava que a desarmonia quanto ao sexo e, conseqüentemente, a satisfação parcial com os

objetos da pulsão, não se refere a uma fase a ser superada através da análise. Esse desencontro é característico das relações e não pode ser superado, não há um ideal a ser atingido e não é esse o propósito da análise, segundo a concepção freudiana. Lacan propõe um questionamento:

Convirá riscar de nossa experiência o drama do edipianismo, quando por Freud ele teve de ser forjado justamente para explicar as barreiras e as degradações (*Erniedrigungen*) que são o que há de mais banal na vida amorosa, mesmo a mais realizada? (Lacan, 1958/1998, p. 613)

Nessa perspectiva, a contribuição de Lacan permite pensar os diversos objetos da pulsão como correspondentes a zonas erotizadas em diferentes momentos e não a estágios delimitados a serem ultrapassados para atingir uma forma de satisfação ideal. Essa observação indica também que há um resto em cada etapa correspondente a um objeto pulsional. Isto já pode ser constatado em Freud quando ele aborda a neurose obsessiva e aponta o erotismo anal como determinante na constituição dessa neurose, só para citar um dos inúmeros momentos em que Freud trabalha nessa direção (Freud, 1908/1996). Portanto, nessa indicação fica evidente que a passagem de uma etapa a outra não se realiza como uma operação exata ou como uma evolução e sim como um processo que deixa restos, com algo que se deposita e é estruturante na determinação inconsciente da neurose (Miller, 1997).

Nesse sentido, é importante pensar a subversão que a relação destes objetos da pulsão com o falo sofrerá a partir do que Lacan propõe como retorno a Freud. Em vez de objetos correspondentes a fases em que o falo estaria incluído, dentre outros, será possível pensar o falo como referência central, o que desorganiza a ideia de etapas de desenvolvimento⁴. Isso significa recuperar a ideia de Freud sobre a *primazia do falo*⁵ para a organização genital infantil:

Ela (a organização genital infantil) consiste no fato de, para ambos os sexos, entrar em consideração apenas um órgão genital, ou seja, o masculino. O que está presente, portanto, não é uma primazia dos órgãos genitais, mas uma primazia do falo. (Freud, 1923, p. 158)

⁴ “Desde que a experiência permitiu a Freud pôr em série os objetos da pré-genitalidade, reconhecê-los como equivalentes e intercambiáveis no inconsciente, foi a maneira dele nos fazer reconhecer o denominador comum desta série: o valor fálico do qual cada um deles é investido.” (Nicéas, 1995, p. 37)

⁵ Esta idéia da primazia do falo será trabalhada mais adiante.

Nesta direção, seguiremos este caminho para pensar o falo como significante referido à falta e, por consequência, à castração: “Parece-me, porém, que o significado do complexo de castração só pode ser corretamente apreciado se sua origem na fase da primazia fálica for também levada em consideração” (Freud, 1923/1996, p. 159).

Nesta discussão, a referência ao corpo para pensar o falo é evidente, principalmente em Freud, mas também em Lacan. Tratá-lo como significante não significa perder essa referência. Como veremos, a diferença anatômica entre os sexos terá importância decisiva no posicionamento junto ao falo. No entanto, Lacan introduziu um ponto central com estas reflexões: como o ser humano traz a marca da linguagem, não há acesso ao corpo que não passe pela marca significante e o falo, como significante privilegiado, ocupa um lugar central. Esse marco teórico já estava em Freud, como Lacan sublinhou diversas vezes, a questão é não perder essa importante indicação de vista.

Nesse sentido, Laurent propõe que o conceito de falo seria “um conceito anti-evolutivo”⁶ (Laurent, 2003, p. 29). Para esse autor, a partir do que inaugura a teoria do falo em Lacan, a criança se apresentaria “pronta” (Loc. cit.), ou seja, não seria entendida como um ser em desenvolvimento.

Para a clínica, essa abordagem terá consequências decisivas, pois a criança não será pensada como ser em desenvolvimento, mas como sujeito que sofre os efeitos da linguagem. As especificidades dessa clínica, que são significativas, dizem respeito ao lugar que a criança ocupará junto ao casal parental e, assim, ao manejo com os pais. Mas, a partir dessas reflexões, essa clínica passa a ter outro estatuto.

Em função do que acabou de ser dito quanto à importância da localização da criança junto ao casal parental e, sem perder de vista que o conceito de falo ressitua o lugar da criança na clínica, iniciaremos esta investigação a partir da relação considerada primordial para a criança, a relação mãe-bebê e a incidência do Nome-do-Pai.

⁶ No original: “*un concepto antievolutivo*”.

2.2

A fórmula da metáfora paterna

Ao situar o conceito de falo em Lacan e localizar sua presença na relação mãe-criança, podemos começar com a afirmação de que não se trata de uma relação dual, pois a criança encontrará seu lugar junto ao desejo da mãe através da referência ao falo. E, como veremos, o falo é o significante do desejo e, por isso, aponta para a falta, o que acaba com a possibilidade de se pensar em uma relação de completude entre mãe e criança.

De acordo com Lacan, o falo é sustentado por uma referência ao pai que, embora não esteja em evidência neste primeiro momento, está presente e lhe dá a sustentação simbólica. Isso se constata nesta afirmação: “[...] a posição do significante paterno no símbolo seja fundadora da posição do falo no plano imaginário [...]” (Lacan, 1957-58/1999, p. 189). Assim, para compreender como se dá a presença do falo na relação mãe-criança, é preciso partir da função do pai e situá-lo no Édipo, para daí pensar os três tempos lógicos apresentados por Lacan.

No *Seminário 5*, Lacan identificou essa relação originária da mãe com a criança, chamada de etapa pré-edípica ao primeiro tempo do Édipo. Como a própria denominação aponta, Lacan inclui o chamado pré-edípico no Édipo e evidencia sua hipótese de que “por trás da mãe simbólica está o pai simbólico” (Lacan, 1956-57/1995, p. 225).

Para compreender essa definição que inclui o pai simbólico como algo que opera na relação mãe-criança, será necessário discutir o funcionamento de metáfora que Lacan atribui a seu conceito de Nome-do-Pai: “Trata-se do que chamo de Nome-do-Pai, isto é, pai simbólico” (Ibid., p. 152).

Para situar esse conceito, Lacan lança mão do que estaria na base da psicose, quando a função do Nome-do-Pai não opera, o que permitirá compreender em que ela incide. Ele afirma que nesta estrutura haveria “[...] a falta de alguma coisa que funda a própria significação” (Loc. cit.). Este “significante especial” (Ibid., p. 153) que não operaria na psicose, o Nome-do-Pai, seria o responsável por fundar a significação, seria o “significante que funda o significante” (Ibid., p. 156). Ou seja, ao construir o conceito de Nome-do-Pai, que localiza como opera o pai no Édipo, é possível observar o movimento de Lacan de pensar o Édipo em termos de função em uma estrutura.

Nesse sentido, ele parte desta distinção inicial que é essencial para esclarecer do que trata o pai simbólico e para afastar a psicanálise de um lugar normativo quanto ao lugar do pai na constituição subjetiva. A referência aqui diz respeito à diferença entre o pai da realidade e o Nome-do-Pai⁷, responsável por esclarecer que esta função pode ou não operar e isto não se refere à presença ou ausência do pai na organização familiar. Essa operação diz respeito a algo da ordem de uma lei, de uma interdição que se coloque nessa relação entre mãe e criança. Essa lei de que trata a psicanálise é aquela introduzida pela linguagem e articulada na fala do sujeito, é uma lei simbólica.

Para pensar como se articula a lei simbólica ao Nome-do-Pai será necessário recorrer a Freud em seu texto “Totem e Tabu”. Será através deste texto que Freud encontrará uma forma de apresentar o lugar do pai simbólico⁸.

Em “Totem e Tabu”, Freud apresenta em forma de “mito científico” essa articulação da entrada na cultura com a formação de uma lei simbólica que a regula. Dizer algo sobre esse ponto, anterior à própria linguagem, só seria possível através do mito entendido como “enunciado do impossível” (Lacan, 1969-70/1992, p. 118). Nesse caso, o impossível implicado em um momento quando ainda não estaria colocada a restrição que é inaugurada pela incidência da linguagem e pela lei que se estabelece como sua consequência.

A formação da comunidade humana só pode ser pensada a partir dessa articulação. A partir de uma exclusão, encenada no mito como o assassinato do pai primordial, aquele que teria acesso irrestrito a todas as mulheres, inaugura-se a interdição e a possibilidade da sociedade de irmãos. No mito, para que todos pudessem viver juntos respeitando uma lei comum, foi necessário que se unissem para o assassinato deste pai originário.

Quanto a isso, Freud dá uma indicação sobre a articulação entre o pai morto e o lugar que se produz a partir daí: “O pai morto tornou-se mais forte do que o fora vivo. O que até então fora interdito por sua existência real foi doravante proibido pelos próprios filhos” (Freud, 1913/1996, p. 146).

⁷ Cf. Lacan, 1956-57/1995.

⁸ “O Nome-do-Pai é identificado com o Pai simbólico, e definido como um significante não representado em nenhuma parte e, portanto, inacessível, o que introduz uma necessidade lógica que resulta numa construção mítica” (Hanna, 2000, p. 69).

A partir do assassinato do pai, começaria um segundo momento, quando a união se dá pela relação que cada um estabelece com o lugar vazio produzido pelo pai morto. Lacan aponta a equação pai morto = gozo (no mito, referido à possibilidade do pai ter todas as mulheres) como um operador estrutural em que a interdição se coloca. O fato de o pai originário, que tinha acesso irrestrito ao gozo, ter sido assassinado coloca no centro da questão o impossível relacionado ao gozo. O pai morto passa a ser aqui um agente da castração, não no sentido de ser um pai castrador, mas no sentido do que se inaugura de interdição a partir do momento mítico do seu assassinato:

A castração como enunciado de uma interdição só poderia, em todo o caso, se fundar num segundo tempo, o do mito do assassinato do pai da horda, e, no dizer desse mesmo mito, não provém de outra coisa senão de um comum acordo [...]. (Lacan, 1969-70/1992, p. 118)

Neste sentido, podemos pensar a articulação do pai morto (nesse momento denominado por Lacan de *pai real*) que remete ao impossível do acesso ao gozo, com um lugar vazio que ele funda e remete ao pai simbólico, responsável pela sustentação do laço social a partir desse vazio. Este pai simbólico será, depois, presentificado pelo ideal e poderá ser pensado como uma função, a do Nome-do-Pai.

A partir destas articulações apresentadas sobre a fundação da lei e do lugar do pai simbólico, podemos retomar a discussão sobre o Nome-do-Pai. O Nome-do-Pai é, então, uma função que opera como metáfora, mas uma metáfora inconsciente. Lacan lembra que uma metáfora é um significante que surge no lugar de outro significante e afirma: “o pai é um significante que substitui um outro significante. Nisso está o pilar, o pilar essencial, o pilar único da intervenção do pai no complexo de Édipo” (Lacan, 1956-57/1995, p. 180). O Nome-do-Pai é justamente o que vem substituir o significante primordial materno que Lacan define como “[...] o primeiro significante introduzido na simbolização” (Ibid., p. 180). Então, o significante materno, primeiro dado na simbolização, será substituído por outro significante, o Nome-do-Pai, através de uma operação metafórica inconsciente.

No texto “De uma questão preliminar a todo tratamento possível da psicose”, Lacan demonstra mais uma vez o que ocorreria na psicose quando “[...] ao apelo do Nome-do-Pai corresponda, não a ausência do pai real, pois esta

ausência é mais do que compatível com a presença do significante, mas a carência do próprio significante” (Lacan, 1955-56/1998, p. 563)⁹. A partir desta indicação, ele esclarece a relação entre o Desejo Materno e Nome-do-pai em relação ao falo. Aqui, Lacan apresenta a fórmula da substituição significante:

$$\frac{S}{S'} \cdot \frac{S'}{x} \rightarrow S\left(\frac{I}{S}\right)$$

Em que S são significantes, x é a significação desconhecida e s é o significado induzido pela metáfora (substituição de S' por S, em que a elisão de S' é a condição de sucesso da metáfora). Lacan irá aplicar esta fórmula à relação entre Nome-do-Pai e Desejo Materno, dando origem à fórmula da metáfora paterna que, segundo Tendlarz (2006-07, p. 4), só foi apresentada uma vez, no referido texto:

$$\frac{\text{Nome do Pai}}{\text{Desejo da mãe}} \cdot \frac{\text{Desejo da mãe}}{\text{Significado ao sujeito}} \rightarrow \text{Nome - do - Pai}\left(\frac{A}{\text{falo}}\right)$$

Nesta fórmula, o Nome-do-Pai vem em substituição ao Desejo Materno que representa o que foi simbolizado pela operação da ausência da mãe. Isso significa que o Desejo Materno é um significante que indica o movimento de presença e ausência da mãe, responsável pela instauração de um enigma para a criança. Tendlarz (Ibid.) afirma que o Desejo Materno, nesse momento do ensino de Lacan, não se refere ao desejo e sim a uma vontade sem lei, puro capricho. Assim, o enigma instaurado pelas idas e vindas da mãe, neste primeiro momento, aponta para o que Lacan chama de gozo¹⁰ e está relacionado a uma forma de satisfação referida à posição de submissão da criança a esse capricho que é representado pelo Desejo da Mãe. É esse encontro de um lugar que a criança vive junto à mãe e que a mãe vive junto à criança, que envolve uma forma de gozo que o Nome-do-Pai vem interditar. Há uma lei da mãe pelo fato de que a mãe é um ser falante, mas é

⁹ É importante aqui diferenciar o significante que poderíamos localizar como referido a uma “palavra” e o significante que Lacan está tratando aqui referido ao Nome-do-Pai, como significante que falta.

uma “lei não controlada” (Lacan, 1957-58/1995, p. 195) que aparece como capricho e captura a criança.

Estas idas e vindas da mãe, que aparecem como um enigma para a criança e que ela busca simbolizar, são pensadas a partir do *Fort-Da* apresentado por Freud (1920/1996). Freud observou a brincadeira de uma criança com o carretel em que o ir e vir é experimentado como prazer. Freud diz que a brincadeira com o carretel seria uma forma da criança elaborar o mal-estar referente às idas e vindas da mãe, quando a criança passaria de um lugar passivo para um lugar ativo. No entanto, esta tentativa de simbolização através do *Fort-Da* não é suficiente e será necessária a incidência do Nome-do-Pai para que a criança encontre uma saída: “Não se pode construir o sistema de relações do significante em toda a sua amplitude em torno do fato de que alguma coisa que se ama está ou não está aí” (Lacan, 1956-57/1995, p. 267).

Na fórmula que acabamos de apresentar, o significado do Desejo da Mãe como um enigma para a criança aparece na fórmula como x. Se a criança fica presa a esse enigma, ele pode ter como efeito a mortificação do sujeito, mortificação entendida como aprisionamento a uma dimensão de objeto. Para reviver, é necessário outro significante, o que ocorre a partir da entrada do Nome-do-Pai, para que algo do sujeito entre estes significantes possa aparecer. Como veremos, é a partir do Nome-do-Pai que se produzirá a significação fálica, fundamental para que o sujeito possa se utilizar do falo para situar o gozo, sem que isso signifique ficar preso a uma identificação ao falo, ou seja, identificado como objeto do desejo da mãe.

Nesse sentido, esta operação que produz a significação fálica a partir da metáfora paterna é importante porque interdita o gozo envolvido no aprisionamento à dimensão de objeto pela criança. Diante do enigma do que quer a mãe, o resultado pode ser este aprisionamento da criança, fechando o círculo do desejo da mãe sobre a criança e deixando-a sem possibilidade de separação desse lugar de objeto. Assim, a partir desse enigma, entra o Nome-do-Pai lhe dando uma solução que não o fecha completamente, mas que é responsável por situar o gozo que se coloca a partir desse lugar de submissão da criança em relação ao Desejo

¹⁰ Podemos indicar, de forma simplificada, que o gozo estaria referido a uma forma de satisfação que não é pautada pelo princípio do prazer, tal como apresentado por Freud. Cf. Nota de rodapé na Introdução.

da Mãe. A resposta do enigma sobre o que quer a mãe se dá através do falo e a criança começa estando neste lugar, identificada ao falo. Mas, através do Édipo, que Lacan demonstra em três tempos lógicos, e que trataremos mais adiante, é possível construir outra saída: de ser o falo para poder, futuramente, ter e não ter o falo (significação fálica) a partir da identificação ao pai, no caso do menino.

Pode-se compreender então que o Nome-do-Pai entra oferecendo uma chave de saída para a criança e para a mãe, pois possibilita para a criança ser desejada pela mãe sem que isso implique que ela é tudo o que a mãe deseja e que esse seja o único lugar possível para situar seu lugar (da criança) no Outro. O Nome-do-Pai delimita que a criança foi desejada por representar o falo para a mãe, por ter ocupado esse lugar junto à mãe, mas que esse lugar não é exclusivo da criança. Por outro lado, também fica indicado para a mãe um limite quanto ao lugar que a criança ocupa no seu desejo. Assim, Lacan indica essa função de mediação do Desejo Materno que o Nome-do-Pai ocupa:

Observemos esse desejo do Outro, que é o desejo da mãe e que comporta um para-além. Só que para atingir esse para-além é necessária uma mediação, e essa mediação é dada, precisamente, pela posição do pai na ordem simbólica. (Lacan, 1957-58/1999, p. 190)

Para pensar a função do Nome-do-Pai e o lugar do falo, como significação fálica, produzindo um tipo de arranjo da realidade psíquica, Lacan nos oferece um interessante recurso com o esquema R.

2.3

O esquema R

Neste esquema¹¹ (fig.1), Lacan apresenta uma representação da realidade psíquica, ao articular os três registros (real, simbólico e imaginário), quando demonstra o lugar do Nome-do-Pai como o que dá sustentação ao falo.

¹¹ Lacan, 1955-56/1998, p. 559.

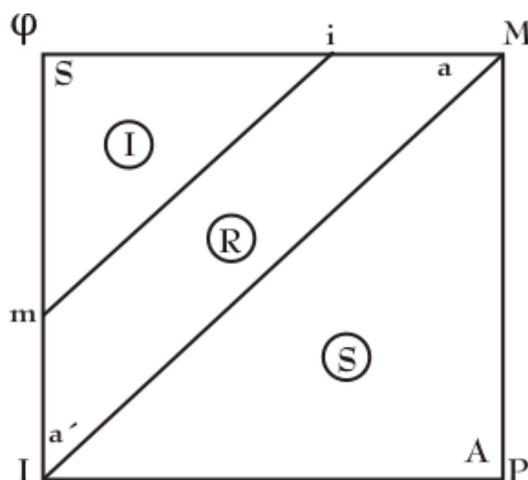


Figura 1 – O esquema R

Pode-se observar o registro simbólico que aparece sustentado através do Nome-do-Pai (P) no triângulo de base e o registro imaginário que é orientado pelo vértice do outro triângulo através do falo (ϕ). E a faixa de realidade (R), localizada entre os dois triângulos¹².

Para tratar do esquema R, é importante partir de uma apresentação sucinta do esquema L, que servirá de base para sua construção. O esquema L é apresentado por Lacan, inicialmente, no *Seminário 2* (1954-55/1999) e no texto “O seminário sobre ‘A Carta Roubada’” (1955/1998), e retomado no *Seminário 4* (1956-57/1995), no *Seminário 5* (1957-58/1999) e no texto “De uma questão preliminar a todo tratamento possível da psicose” (1957-58/1998). Nesse esquema, Lacan demonstra de forma esquemática o funcionamento do estágio do espelho, ou seja, o funcionamento do eixo imaginário. No estágio do espelho pode-se dizer que ocorre a constituição do eu como unidade a partir da formação de uma imagem refletida do outro. Ou seja, o eu se constitui a partir do outro, a partir da vivência de um corpo que é experimentado inicialmente como despedaçado, o eu se constitui como unidade a partir da imagem do que vê do outro.

¹² Importante assinalar que o último registro, o real, ainda não estava delimitado em todas as suas consequências neste momento do ensino, e só poderá ser pensado após o acréscimo da nota de rodapé em 1966 sobre o objeto *a*. Assim, não abordaremos essa questão neste momento, embora seja importante salientar que o acréscimo dessa nota de rodapé é fundamental para que se possa pensar a pertinência do esquema mesmo após a formulação do conceito de objeto *a*, alguns anos depois.

Interessante incluir neste momento uma observação de Lacan em “O estádio do espelho”, quando, ao tratar da constituição do eu como imagem, ele afirma que para pensar o eu é preciso partir de uma “função de desconhecimento” (Lacan, 1949/1998, p. 103). Essa observação interessa porque demonstra como Lacan não abre mão de incluir na relação imaginária um ponto que “fura”¹³ o que poderia ser pensado como uma correspondência total eu-outro. Para a discussão que empreendemos aqui, trata-se de algo fundamental, pois ao pensar a relação imaginária que se estabelece entre mãe e criança – e que aparecerá representada no esquema R como a base do triângulo imaginário – fica indicado, mais uma vez, que essa relação não se fecha.

Mas se o esquema L representa o eixo imaginário, para pensá-lo é fundamental entender a prevalência do eixo simbólico. Lacan ressalta que na “dialética intersubjetiva” o eixo imaginário não pode ser pensado independentemente do eixo simbólico. No esquema abaixo, é possível observar a dependência entre eixo imaginário, a-a’, e eixo simbólico, referido no esquema ao traçado S-A.

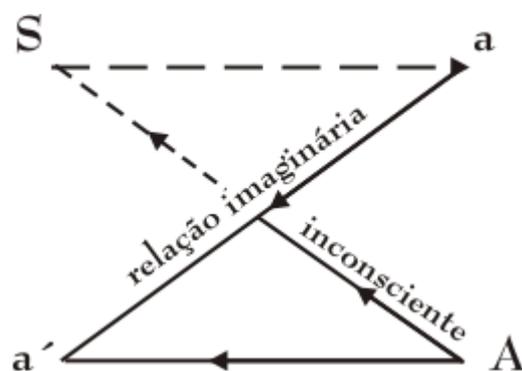


Figura 2 – O esquema L

Ao retomar o esquema L de forma simplificada no *Seminário 5*, Lacan afirma: “Tudo o que se realiza no S, sujeito, depende do que se coloca de significantes no A” (Lacan, 1957-58/1999, p. 163). Ou seja, não é possível pensar o sujeito sem uma referência ao simbólico, assim como não há relação imaginária que não seja fundada e dependente do simbólico.

¹³ Este ponto que “fura” só pode ser deduzido dos desenvolvimentos apresentados por Lacan no *Seminário 10* (1962-63/2005), quando ele situa o conceito de objeto *a* no esquema ótico. No estádio do espelho, essa função ainda não havia sido formulada.

Isso nos interessa aqui porque essa será uma das bases do esquema R, além de ser uma representação do triângulo edípico, na medida em que Lacan apresentará o pai como função que se coloca desde o início entre mãe e criança, através do simbólico. Assim, as consequências desse esquema apontam para a impossibilidade em se pensar uma relação puramente dual entre mãe e criança, mesmo nos momentos iniciais da constituição subjetiva. Ainda que a lógica fálica implique em algo a ser conquistado pela criança, o que se dará por intermédio do pai em um momento posterior, o pai já está colocado desde o início como o que dá sustentação ao simbólico. Isto quer dizer que não é possível nesse contexto pensar que o pai esteja ausente desta relação imaginária mesmo quando ainda não está em evidência.

Importante pensar também na observação de Lacan de que três dos quatro pontos do esquema L são dados pelos termos do Édipo como significantes (a, a' e A) e que o quarto termo seria o sujeito (S), aquele que não teria seu significante e que dependeria do que se desenrola no jogo entre os outros três termos (Lacan, 1957-58/1999). No *Seminário 5*, Lacan afirma que o sujeito aparecerá como o “morto da partida” (Ibid., p. 164), afirmação que ele retoma no texto “De uma questão preliminar a todo tratamento possível da psicose” (1957-58/1998). O sujeito entra como “morto na partida” e vai poder participar através de suas imagens, vai se fazer representar imaginariamente.

Neste momento do texto, a idéia de se fazer representar através da imagem servirá de conexão com a função do falo, já que aqui o falo ainda é entendido como significação em sua dimensão imaginária. Então o falo será entendido como possibilidade de representação para o sujeito e como ferramenta que possibilita a saída do jogo edípico, o que será desenvolvido mais adiante em articulação com a apresentação do esquema R.

Lacan vai construindo, assim, a ideia do falo como possibilidade de representação imaginária do sujeito, a partir de uma articulação ao triângulo edípico através de seu significante, Nome-do-Pai: “Assim é que o quarto termo, o S, vem representar-se em algo de imaginário que se opõe ao significante do Édipo, e que também deve ser, para que isso funcione, ternário” (Lacan, 1957-58/1999, p. 164).

Aqui, Lacan começa a situar a base do que será o triângulo imaginário do esquema R, quando explica que o ternário imaginário do esquema já aparecia no

Seminário 4, em que “... a criança, na condição de desejada, constitui realmente o vértice I [...]” (Lacan, 1957-58/1998, p. 560). Assim, ele articula esse triângulo imaginário ao triângulo edípico quando aproxima a relação entre corpo despedaçado e imagem unificada do corpo com a relação entre a criança e a mãe. Ou seja, Lacan identifica a relação mãe-criança à relação imaginária eu-imagem especular, ao fazer uma sobreposição dos eixos $a-a'$ e da relação mãe-criança. E já situa o falo nesta relação, ao mesmo tempo em que o coloca como resultado da incidência da metáfora paterna. Miller esclarece que essa operação havia sido realizada no *Seminário 4*:

A reescritura, que se realiza no *Seminário 4*, consiste em encarnar o par do estádio do espelho na relação mãe-criança e em acrescentar aí o objeto fálico, convertendo o estádio do espelho em tríade imaginária e fazendo surgir, no imaginário, o objeto fálico. (Miller, 2005b, p. 109)

Aqui, ao que parece, Lacan retoma estes desenvolvimentos para pensar o esquema R a partir desta base dada pelo esquema L. Pode-se constatar na representação abaixo que o falo (ϕ) aparece representado no vértice oposto ao Nome-do-Pai (P), sendo a outra ponta que garante a sustentação da realidade psíquica que este esquema apresenta.

Podem-se observar os seguintes elementos no esquema da figura 1: m como eu (moi , precipitado das identificações e desdobramento de a') ϕ como a significação fálica; i como imagem do semelhante. O M seria a mãe enquanto significante primordial; o a representaria os objetos imaginários e o I , o ideal do eu (que está em jogo desde o início, mas que só é operativo com a entrada do Nome-do-Pai, é o ideal como herdeiro do complexo de Édipo) e o P representaria o Nome-do-Pai em A (Outro).

Seguindo essas indicações, Lacan aponta que i e m “representam os dois termos imaginários da relação narcísica, ou seja, o eu e a imagem especular” (Lacan, 1957-58/1998, p. 559). Elementos que estariam referidos às relações do que seriam os estados pré-edípianos e que remetem à relação imaginária que se estabelece entre mãe e criança e que, nesse momento, inclui o falo. Essa referência aponta para o momento em que a criança se identifica imaginariamente ao falo, enquanto significado do desejo da mãe.

No entanto, como evidencia o esquema, o triângulo imaginário sustenta-se junto e tendo como base o triângulo simbólico. Essa constatação pode ser articulada com a ideia de que o falo é uma significação que se coloca como resultado na incidência do Nome-do-Pai. Nesse sentido, Lacan afirma:

Essa (a função do falo) é, com efeito, na economia subjetiva, tal como a vemos comandada pelo inconsciente, uma significação que só é evocada pelo que chamamos de metáfora, precisamente a metáfora paterna. (Lacan, 1957-58/1998, p.561)

Quanto ao esquema R, Lacan afirma: “Para sustentar esta estrutura, encontramos nela os três significantes onde se pode identificar o Outro no complexo de Édipo” (Ibid., p. 557). Estes três elementos seriam a criança, a mãe e o pai, mas o quarto elemento, mesmo que não evidente, já está colocado e se refere ao falo.

Podemos pensar como a relação chamada “pré-edípica” e que se refere ao primeiro tempo do Édipo, como apresentaremos mais à frente, tem uma “aparência” de relação dual (mãe-criança), mas na verdade pressupõe mais dois elementos, totalizando quatro. São eles, o pai (ainda só em sua dimensão simbólica) que ainda não interfere diretamente na relação mãe criança, mas já está lá. E, além dele, o falo, ainda colocado como falo imaginário, ao qual a criança está colada e, por isso, ainda não está evidente.

Essa conclusão sobre a existência de quatro elementos é visualizada através do esquema R, evidenciando o engodo envolvido na ideia de uma relação dual. Com a entrada mais efetiva do pai entre mãe e criança, como veremos nos três tempos do Édipo apresentados por Lacan, será possível observar a apropriação do falo simbólico pela criança, como resultado da fórmula da metáfora paterna, quando os quatro elementos estarão aparentes.

Interessante observar nesse texto a insistência de Lacan quanto a estes quatro termos ao tratar dos elementos do complexo de Édipo, o que deixa para trás a ideia de três elementos e inclui o falo definitivamente como constituinte da relação edípica. Poderíamos dizer que os quatro elementos já estavam presentes, mas que a apropriação que a criança conquista quanto ao falo simbólico através do Édipo estabiliza estas relações no Esquema R.

Isso também já pode ser constatado em Freud (1923/1996), quando ele fala da *primazia do falo* na organização genital infantil, principalmente se olharmos o

seu texto retrospectivamente à luz do ensino de Lacan. E esta constatação dá lugar privilegiado ao falo e coloca a pertinência dos quatro elementos para se pensar o Édipo:

Um mínimo de termos é necessário ao funcionamento do sistema simbólico... O Édipo nos dá, certamente, três, mas implica com certeza um quarto, na medida em que é preciso que a criança atravesse o Édipo. Logo, é preciso que alguém intervenha no assunto, e é o pai. (Lacan, 1956-57/1999, p. 267)

Mas voltando ao esquema, para demonstrar como estes elementos aparecem lá representados, temos o quadrângulo da realidade (representado pela faixa denominada *R*), localizado no lado imaginário, mas sustentado pelo simbólico (amparado pelo ideal do eu). Podemos localizar também o *M* como Outro primordial, onipotente e a introdução do NP no Outro (vértice PA), tendo como resultado a significação fálica. Podemos observar também que Lacan aponta o sujeito (*S*) como sustentado na significação fálica (vértice *phi-S*).

É possível perceber na continuidade do texto que o que mantém o esquema *R* é o NP e o falo. Quando estes elementos não operam, o esquema se desfaz dando origem ao esquema *I*, que representa outro tipo de arrumação da realidade a partir do delírio, no caso da psicose. Tendlarz (2006-7) assinala que no *Seminário 4* Lacan dirá que entre a criança e a mãe está o falo e que no *Seminário 5* ele desenvolverá a discussão sobre o quarto termo que é o pai. Será a partir desta discussão que ele pensará o esquema *R*.

Este esquema esclarece a articulação entre identificação e significação fálica e, conseqüentemente, a relação entre imaginário e simbólico no Édipo. É um esquema que desconstrói a ideia destes momentos como fases sucessivas e os evidencia como pontos lógicos que estão permanentemente em construção e desconstrução, articulados para que a realidade psíquica possa se sustentar. A significação fálica é algo que uma criança pode conquistar na dissolução do Édipo e será fundamental para seu posicionamento na partilha sexual. Há algo a ser conquistado, mas isto não se dá de uma vez por todas, nem sem deixar vestígios. Ou seja, a significação fálica pressupõe uma conquista e uma mudança na relação com o falo, mas a posição de assujeitamento ocupada junto ao desejo da mãe deixa marcas determinantes na organização psíquica que se relacionam ao lugar

de objeto uma vez ocupado junto ao Outro e que procuraremos desenvolver nos dois próximos capítulos¹⁴.

Agora é importante retomar alguns elementos que foram trabalhados no esquema R e na fórmula da metáfora paterna, para pensar como se constrói a significação fálica a partir do Édipo. Lacan demonstra através de três tempos lógicos como opera a função do pai no Édipo e a produção da significação fálica como resultado da incidência dessa função.

2.4

Os três tempos do Édipo

No primeiro tempo do Édipo, trata-se da relação entre mãe e criança e do falo que se coloca como terceiro entre eles, o que Lacan denomina de *etapa fálica primitiva* (Lacan, 1957-58/1999, p. 198). Aqui, o pai ainda não está em evidência, mas está presente de forma velada, na medida em que a própria presença da lei no mundo simbólico já aponta para a presença do falo. Nesse momento, o que está em jogo é a relação da criança com o objeto de desejo da mãe, que aqui se refere ao falo como objeto imaginário.

Nesse primeiro tempo, a criança vai buscar se situar através de uma identificação referida ao falo para buscar satisfazer a mãe quanto àquilo que lhe falta no imaginário para ser completa. A partir desta identificação imaginária ao falo como objeto de desejo da mãe, a criança se situa em um lugar particular que se não tiver uma mediação da palavra do pai em algum momento, pode ter como consequência a captura e fixação da criança nesse lugar.

Para se referir a esse lugar, Lacan formulou o termo *assujeito* (Lacan, 1957-58/1999, p. 195). Com este termo, ele se refere à posição, que já tratamos anteriormente, em que a criança fica à mercê do capricho que se coloca como Desejo Materno. O Desejo Materno é vivido aqui como capricho pois a criança

¹⁴ O esquema R nos interessa também porque com a nota incluída por Lacan em 1966 é possível refazer a leitura do texto à luz das elaborações realizadas no *Seminário 10* com a formulação do objeto *a*. Isto nos permite integrar esse esquema de organização da realidade psíquica a partir dos elementos do Édipo, pensando-os com este conceito que Lacan só formulará anos depois. Embora essa não seja a perspectiva a ser trabalhada neste momento, fica a indicação da atualidade do esquema.

fica submetida ao enigma que se constitui com o jogo da presença e da ausência da mãe. Com este jogo, instala-se a questão sobre *O que quer a mãe?* cuja resposta será buscada na relação ao falo e na identificação com ele que a criança realiza para encontrar um lugar no desejo do Outro representado, neste momento, pela mãe. Segundo Miller (1996), a questão do que quer a mãe é um enigma sem saída, pois são possíveis significações infinitas, mas é através da significação fálica que se produzirá um ponto de basta nesse deslizamento.

Esta captura imaginária é o que se observa no caso Hans¹⁵, em que se constata o que é ficar preso neste primeiro tempo de engodo com a mãe, na posição de *assujeito*. Neste caso, é possível constatar o aparecimento da angústia como resultado da não incidência da castração. Nesse primeiro momento, Hans, sem o recurso fálico que poderia construir a partir da entrada do pai, fica identificado com a resposta materna à questão do desejo.

Lacan demonstra que é justamente o falo que indicará a saída para a relação de engodo mãe-criança. Nessa relação imaginária primordial, em que há um efeito de “miragem pela qual o ser primordial lê ou antecipa a satisfação de seus desejos nos movimentos esboçados pelo outro [...]” (Lacan, 1957-8/1999, p. 188), será o falo que permitirá vislumbrar “o que o sujeito deseja de Outro” (Loc. cit.). Ou seja, a localização do falo na relação da criança com a mãe implica que a falta esteja colocada, não há complementariedade, mesmo quando a criança busca identificar-se ao falo como o que falta a mãe.

Se a criança identifica que o falo é o que dá a medida do desejo da mãe, ou seja, do que lhe falta, isto quer dizer que mesmo identificada a este lugar, a falta se coloca. E é justamente a frustração decorrente desta não complementariedade que permite que a criança seja empurrada em busca de outro arranjo em relação ao seu lugar no desejo do Outro. Esta frustração se coloca para a criança, mas também para a mãe que vive uma defasagem entre o esperado e o encontrado.

Lacan nos indica como esta ideia já está em Freud quando ele trata da relação de objeto pela primeira vez em seu texto “Três ensaios sobre a teoria da sexualidade”. Nas palavras de Freud: “O encontro do objeto é, na verdade, um reencontro.” (Freud, 1905, p. 210). Mas algo desse primeiro objeto mítico se perde, como explica Lacan: “É através da busca de uma satisfação passada e

¹⁵ Freud, (1909/1996), “Análise de uma fobia em um menino de cinco anos”.

ultrapassada que o novo objeto é procurado, e que é encontrado e apreendido noutra parte que não no ponto onde se o procura” (Lacan, 1956-57/1995, p. 13).

Esta defasagem é lançada a partir do objeto perdido e nunca reencontrado, que dá origem à falta estrutural, a partir da qual se constitui o movimento do desejo. Como o falo será pensado como o que dá a medida do desejo, a frustração experimentada pela criança e pela mãe com o fracasso da tentativa de complementariedade que aparece quando a criança busca se identificar ao falo traz as marcas dessa vivência em relação ao objeto perdido. Esse momento mítico da estruturação do sujeito poderá ser melhor trabalhado mais à frente quando tratarmos do conceito de objeto *a*.

Nesse momento, a questão central é a criança se situar como objeto de amor para a mãe. Aqui, Lacan aponta que a criança não está só, ou seja, a mãe conserva o *penisneid* e a questão do falo se coloca também para ela. A criança vai constatar que o falo imaginário está no centro do desejo da mãe e, a partir disso, vai se localizar. Mais especificamente:

A criança se apresenta à mãe como lhe oferecendo o falo nela mesma, em graus e posições diversos. Ela pode se identificar com a mãe, se identificar ao falo, ou apresentar-se como portadora do falo. Existe aí um grau elevado, não de abstração, mas de generalização da relação imaginária que chamo de tapeadora, pela qual a criança atesta à mãe que pode satisfazê-la, não somente como criança, mas também quanto ao desejo e, para dizer tudo, quanto àquilo que lhe falta. (Lacan, 1956-57/1995, p. 230)

Nesse primeiro momento, é o próprio falo que indicará a possibilidade de saída da captura imaginária entre mãe e criança, por meio da abertura que aponta para o que a mãe deseja de Outra coisa. Mas será no segundo momento que essa lógica será definitivamente abalada através de uma presença do pai um pouco menos velada. Nesse momento, o pai aparece como aquele que priva a mãe¹⁶.

Antes de pensar como se dá esse segundo momento, é importante que se façam duas colocações quanto à questão do modo como se dá a privação e do objeto de que se trata de privar a mãe. A primeira diz respeito ao fato de que a

¹⁶ No *Seminário 4* Lacan aborda as três formas da falta de objeto: frustração, privação e castração e salienta o quanto da centralidade da noção de castração havia se perdido naquele momento. Não entraremos aqui nessas operações, mas podemos dizer resumidamente que a frustração é um dano, um prejuízo imaginário, a privação se refere a uma falta que está dada para o real do sujeito e a castração se refere ao aspecto simbólico da falta. No segundo momento que tratamos aqui, poderíamos dizer que o pai priva a mãe de algo que ela já não tinha: do falo, como veremos a seguir. Cf. Lacan, 1956-57/1995.

privação se dá através da mediação da mãe, ou seja, é a mãe quem abre a possibilidade de que a palavra do pai tenha junto à ela, nessa relação com a criança, o papel de lei, função de proibição. Lacan salienta que essa proibição dirige-se à mãe e não só a criança e que a função de interdição do incesto que dirige à criança a mensagem “*Não te deitarás com tua mãe*”, dirige também à mãe a mensagem “*Não reintegrarás o teu produto*” (Lacan, 1957-58/1999, p. 209).

A segunda observação diz respeito ao fato de que o pai priva a mãe de algo que ela não tem, do falo. Isto quer dizer que a palavra do pai vai ter incidência de privação em relação ao falo junto à mãe, que passará a ser símbolo da falta. Assim, interessa pensar como essa função de privação irá se exercer nesse momento, ao evidenciar que a mãe não tem o falo e marcar, assim, uma separação entre mãe e criança. Com essa intervenção do pai na fala da mãe, fica delimitado que o falo não é representado, nem se esgota em nenhum objeto; como objeto de desejo, ele sempre aponta para a falta que lhe deu origem.

Lacan chama este momento de “ponto nodal” do Édipo, quando a criança irá aceitar ou não que a mãe seja privada do falo pelo pai, o que terá uma série de desdobramentos. Se a criança não aceita esta privação, mantém-se uma forma de identificação com o objeto de desejo da mãe. A questão que se coloca aqui, portanto, no plano imaginário, nessa passagem do primeiro para o segundo momento do Édipo, é “ser ou não ser o falo” (Lacan, 1957-8/1999, p. 190).

É nesse momento que o sujeito se desvincula da identificação ao falo, ao mesmo tempo em que ocorre o aparecimento da lei de forma um pouco mais explícita, com a palavra do pai mediada através da mãe. Ou seja, o objeto de desejo da mãe fica mais claramente situado na ordem simbólica e se evidencia a dependência da mãe em relação à algo que aponta para fora da relação imaginária que estava estabelecida com a criança. Mesmo que a ordem simbólica estivesse lá desde o primeiro momento, a criança está inicialmente neste engodo da relação com a mãe em que através da identificação fálica ela poderia ser o que falta a mãe. Com a entrada da palavra do pai como aquilo que intercede este engodo e evidencia que a mãe não tem o falo e que, da mesma forma, a criança não pode ser tudo o que falta à mãe, a relação se abre para as novas possibilidades.

Isto quer dizer que começa a aparecer o falo como objeto situado na ordem simbólica e que não pode ser esgotado por nenhum objeto, nem pela criança, por mais desejada que tenha sido pela mãe. Se a criança fica presa a esse engodo e

fica fixada nesta identificação, isso terá uma série de consequências que podem apontar para a perversão, como trabalhado por Lacan no *Seminário 4*. Lacan define este momento:

Esse é o estádio, digamos, nodal e negativo, pelo qual aquilo que desvincula o sujeito de sua identificação liga-o, ao mesmo tempo, ao primeiro aparecimento da lei, sob a forma desse fato de que a mãe é dependente de um objeto, que já não é simplesmente o objeto de seu desejo, mas um objeto que o Outro tem ou não tem. (Lacan, 1957-58/1999, p. 199)

Se no primeiro tempo o pai aparecia de forma velada, apenas através da ordem simbólica, neste segundo momento ele aparece de forma menos velada, mediado pela palavra da mãe.

Constata-se então o modo como nessa passagem do primeiro para o segundo tempo do Édipo, o falo vai se constituir como objeto simbólico entre a mãe e a criança. Nesse segundo tempo, quando ocorre um primeiro aparecimento da lei, o objeto de desejo da mãe aponta para o Outro. Aqui o pai aparece mediado pelo discurso da mãe, ou seja, a fala do pai intervém por meio do discurso da mãe. Essa fala do pai representa uma mensagem de um não para a criança e também para a mãe. Esta proibição paterna é fundamental pois:

[...] é na medida em que o objeto do desejo da mãe é tocado pela proibição paterna que o círculo não se fecha completamente em torno da criança e ela não se torna, pura e simplesmente, objeto do desejo da mãe. (Ibid., p. 210)

Ou seja, é abalada a posição de objeto da mãe ocupada pela criança, o que pode permitir a abertura deste circuito do desejo, possibilitando à criança sair de um lugar de assujeitamento. Isto só se dá se a criança já não é tudo para a mãe.

É possível observar o modo como nestes dois primeiros tempos do Édipo a criança se localiza junto à mãe através da identificação fálica e começa a viver alguma forma de separação em relação à este lugar, o que lhe deixa possibilidades em aberto. No entanto, é só no terceiro tempo que essas possibilidades poderão ser assumidas pela criança e uma saída do Édipo poderá ser construída através do caminho indicado pelo pai. O terceiro tempo é justamente o momento que corresponde ao declínio do Édipo, e, portanto, sua saída. Para Freud, este momento é o desfecho inevitável já que “[...] o complexo de Édipo se encaminharia para a sua destruição por sua falta de sucesso, pelos efeitos de sua impossibilidade interna” (Freud, 1924, p. 193).

No terceiro tempo, o pai aparecerá de forma mais evidente como “aquele que tem”, sua presença neste momento é revelada. É o momento em que o pai aparece como potente, como aquele que pode dar à mãe o que ela deseja. E será através da identificação ao pai como aquele que tem, que será possível para a criança (no caso, o menino) encontrar uma saída para a questão do falo e um destino para as relações que se estabeleceram no Édipo.

Interessante notar que essa identificação ao pai como aquele que tem se dá como uma promessa, já que o menino não fará uso nesse momento das insígnias fálicas a que têm acesso a partir desta identificação. Este é o momento em que a castração se coloca e a criança abre mão de fazer uso dessas insígnias para ter a possibilidade de fazer uso delas no futuro. Nas palavras de Lacan: “Aí está o que é efetivamente realizado pela fase de declínio do Édipo – ele realmente carrega o título de posse no bolso” (Lacan, 1957-58/1999, p. 212). O momento que virá a seguir é o que Freud denominou *período de latência*, quando os conflitos referentes ao Édipo encontram um desfecho pela identificação ao pai e o atributo fálico, enquanto o que possibilita o encontro sexual fica em espera até que se possa fazer uso dele:

[...] o desenvolvimento sexual de uma criança avança até determinada fase, na qual o órgão genital já assumiu o papel principal. [...] Essa fase fálica, que é contemporânea do complexo de Édipo, não se desenvolve além, até a organização genital definitiva, mas é submersa e sucedida pelo período de latência. (Freud, 1924, p. 194)

Esses desenvolvimentos apresentados sobre a saída do Édipo referem-se ao menino, mas para a menina as coisas se dão de maneira diferente. Quanto a esta diferença, que não é o objeto específico deste trabalho, faremos apenas algumas observações. Segundo Lacan, para a menina, este terceiro tempo seria mais simples pois ela não teria que fazer essa identificação ao pai como saída do Édipo. A mulher simplesmente localizaria o pai como aquele que tem e como referência de onde ir buscar o que lhe falta, sendo essa a maneira da menina vivenciar a castração¹⁷.

¹⁷ Na realidade, Freud aponta que para as mulheres o complexo de castração seria responsável pela entrada no Édipo e não por sua dissolução como nos homens: “Nas meninas, o complexo de Édipo é uma formação secundária. As operações do complexo de castração o precedem e preparam. A respeito da relação existente entre os complexos de Édipo e de castração, existe um contraste fundamental entre os dois sexos. Enquanto, nos meninos, o complexo de Édipo é destruído pelo complexo de castração, nas meninas ele se faz possível e é introduzido através do complexo de

Neste sentido, a saída do Édipo para as meninas é mais simples, pois não exige esse trabalho de identificação ao pai mas, por outro lado, exige um trabalho para que se dê um destino ao que ela direciona ao pai como aquele que lhe dará o que lhe falta. Interessante a observação de Lacan quanto à esta diferença pois nos permite situar que a falta que a menina experimenta é simbólica, o que permite que ela possa almejar o falo:

É isso que Freud quer dizer quando escreve que é por intermédio daquilo que chama de a idéia de castração – e que é justamente o seguinte, que ela não tem o falo, mas não o tem simbolicamente, portanto, pode tê-lo – que a menina entra no complexo de Édipo, enquanto é por aí que o menino sai dele. (Lacan, 1956-7/1995, p. 155-6)

Segundo Freud, este trabalho da menina não é forçado pela castração e o Édipo não encontraria sua completa dissolução como nos meninos. Algo permaneceria e seguiria um caminho que já se colocaria para a menina na entrada do Édipo através da equação pênis=criança:

Agora, porém, a libido da menina desliza para uma nova posição ao longo da linha – não há outra maneira de exprimi-lo – da equação ‘pênis-criança’. Ela abandona seu desejo de um pênis e coloca em seu lugar o desejo de um filho; com esse fim em vista, toma o pai como objeto de amor. A mãe se torna o objeto de seu ciúme. A menina transformou-se em uma pequena mulher. (Freud, 1925, p. 284)

Talvez essa citação de Freud nos indique um caminho para pensar esta afirmação de Lacan sobre a feminilidade quanto à saída do Édipo: “Isso também indica por que uma feminilidade verdadeira, tem sempre o toque de uma dimensão de álibi. Nas verdadeiras mulheres há sempre algo meio extraviado” (Lacan, 1957-58/1999, p. 202). Ao que parece, tanto Freud quanto Lacan apontam para uma saída do Édipo que seria menos conclusiva para as mulheres.

É evidente que os desenvolvimentos de Freud sobre a diferença entre os sexos estavam somente referidos ao falo, e a saída do Édipo é pensada exclusivamente a partir deste referencial. Esta citação de Lacan já parece apontar um caminho para seus desenvolvimentos posteriores sobre a feminilidade, quando ele demonstrará que a via fálica é insuficiente para explicar a saída que a mulher pode encontrar para se situar quanto ao sexo.

castração”. (Freud, 1925, p. 285). A diferença da castração para o complexo de castração em Freud será abordada adiante.

Mas, nesse momento do ensino de Lacan, sua preocupação é justamente quanto à importância do falo para situar o Édipo articulado à noção de castração, já que, segundo ele, essa noção vinha sendo negligenciada pelos psicanalistas daquela época. Lacan estava então debruçado sobre esse tema num contexto em que afirma a prevalência do simbólico e a importância da articulação significativa a partir do falo.

Voltando às questões sobre a saída do Édipo para o menino, é neste terceiro tempo que ocorreria a identificação com o pai como aquele que tem o falo e que dará origem à constituição do ideal do eu. Nas palavras de Freud: “As catexias de objeto são abandonadas e substituídas por identificações.” (Freud, 1924, p. 196).

Neste momento final do Édipo, “o pai se torna o Ideal do eu” (Lacan, 1957-8/1999, p. 179), pois ele constituirá a base de identificação para que se constitua o que será o tipo ideal do seu sexo. Ou seja, o menino se abstém do investimento na mãe como objeto de amor e localiza no pai uma referência do que será o modelo de virilidade que lhe permitirá ter acesso a esse objeto no futuro.

Neste terceiro tempo, a questão da castração de fato se coloca para a criança no sentido de que ela pode abdicar do acesso à mãe a partir da entrada do pai, quando o falo aparece como diferencial, como aquilo que não se encarna e não como algo que não foi dado, que foi privado do sujeito. Neste sentido, a metáfora paterna institui o falo como significante e não mais só como algo que a mãe deseja e do qual o pai pode privar.

Como procuramos demonstrar, a posição a ser conquistada nessa saída do Édipo tem como elemento chave a relação com o falo e o modo de se situar em relação a ele determinará a escolha na partilha sexual. Mas, para além dessa questão, existe uma posição a ser assumida em relação ao falo que se dá nesse terceiro tempo e que é essencial para que a criança possa efetuar uma separação do lugar de *assujeito* que ocupa inicialmente junto ao desejo da mãe. Essa posição a ser assumida permitirá que o falo apareça em sua função de significante e ocupe um lugar mais móvel na economia subjetiva. É isso o que pode ser deduzido do texto “A significação do falo”, texto de Lacan contemporâneo ao *Seminário 5*.

Esse texto é fundamental porque é possível identificar nele a construção teórica do falo enquanto significante. Miller (1999) aponta que o título “A significação do falo” ainda é uma referência ao falo como significado, mas que, ao

longo da preparação do texto esta conceituação parece ter caído, pois, ali, o falo já aparece mais referido ao significante.

Nesse texto, é possível entender de que trata Lacan quando se refere à significação fálica. Como vimos, na identificação fálica existe uma tentativa do sujeito de situar a falta e de se localizar neste ponto, de ser tudo que a mãe deseja. A passagem da identificação fálica para a significação fálica seria como uma constatação da falta que daria ao falo o lugar móvel que lhe é característico. O falo deixa de ser vivenciado nesta relação da mãe com a criança como algo colado à criança e afirma seu estatuto de significante do desejo, ou seja, significante deste ponto que se constitui a partir da falta.

Neste sentido, Lacan apresenta neste texto uma importante definição do falo: “O falo como significante dá a razão do desejo [...]” (Lacan, 1958/1998a, p. 700), sendo razão compreendida como medida. O falo seria portanto o que dá a medida do desejo, como uma referência e não como objeto exclusivo que satura o desejo.

Esta definição é fundamental na diferenciação entre o momento em que a criança busca se identificar ao falo, neste engodo de ser tudo para a mãe, e o momento em que aparece o para-além do desejo da mãe referido ao falo enquanto o que demarca a falta. Fica assim estabelecido que a criança não é o falo e sim que ocupou esse lugar junto à mãe, podendo se separar deste e se posicionar junto ao falo de maneiras inéditas, o que libera tanto a criança quanto a mãe.

2.5

A castração e o falo

No entanto, não é possível pensar a instauração da significação fálica sem pensar na castração. Por isso é importante retomar algumas indicações que foram feitas de que é só a partir do complexo de castração que o sujeito pode consentir com o falo como significação fálica.

Nesse momento, então, a questão é ter ou não ter o falo, é desse ponto que depende se o menino vai se transformar em homem e a menina em mulher. No entanto, Lacan sublinha que mesmo para tê-lo, é preciso um momento em que se assume que não se tem e que se refere à castração:

Não chamaríamos o que está em jogo de complexo de castração se, de certa maneira, isso não pusesse em primeiro plano que, para tê-lo, primeiro é preciso que tenha sido instaurado que não se pode tê-lo, de modo que a possibilidade de ser castrado é essencial na assunção do fato de ter o falo. (Lacan, 1957-58/1999, p. 193)

Para entender do que Lacan está tratando aqui é importante retroceder um pouco e retomar o modo como a castração entra nessa discussão. Para começar, pode-se diferenciar o modo como Freud, e depois Lacan, abordaram a questão. Para Freud, esta se coloca como complexo de castração, que se refere à ameaça de perder (para o homem) e a inveja do pênis (*penisneid*) que aparece como uma forma de nostalgia do que não se tem (para a mulher), para ambos em relação ao falo.

Segundo Miller (2005), pode-se identificar em Lacan a introdução da discussão sobre a castração no *Seminário 4*, quando ele iniciará alguns desenvolvimentos sobre o tema. Isso pode ser localizado quando ele realiza uma crítica da ênfase que vinha sendo dada à noção de frustração pelos psicanalistas da época e retoma a centralidade do conceito de castração na obra freudiana. E nos dá uma importante indicação do lugar da castração e de sua articulação ao Édipo: “A castração foi introduzida por Freud de uma maneira absolutamente coordenada à noção da lei primordial, do que há de lei fundamental na interdição do incesto e na estrutura do Édipo” (Lacan, 1956-57/1999, p. 36).

Isso implica que castração e lei estão diretamente articuladas ao pai, mais especificamente, ao Nome-do-Pai como o que interdita a captura imaginária que se dá entre mãe e bebê. A castração pode ser pensada como constatação da falta que está colocada na relação do falo com o desejo e que é a base das relações que se estabelecem no Édipo. A partir da entrada do pai, a falta, que já estava colocada desde sempre por se tratar de relações simbólicas, passa a operar e ter um efeito. É a partir destas operações que se pode pensar a castração.

Para situar melhor esta noção, partiremos da diferenciação indicada por Rabinovich (1995, p. 55) da castração em Freud mais referida à idéia de complexo de castração como ameaça ou nostalgia, e da castração em Lacan como referida à castração materna, ou seja, ao momento trabalhado anteriormente em que se descobre a mãe como desejante. Essa idéia se refere à castração materna como o que revela a barra que atravessa o Outro e que, portanto, remete ao desejo do

Outro, ao Outro como desejante. Isso quer dizer que a castração para Lacan seria principalmente do Outro e não do sujeito. É claro que a forma como Freud e Lacan trabalham a noção de castração não pode ser descolada uma da outra, mas é importante esta diferenciação para se pensar em que cada uma contribuiu para se pensar o Édipo.

Lacan nos indica o modo como na experiência com a mãe ela é primeiro vista como possuindo o falo, como mãe fálica, na etapa pré-edípica. Só em um segundo momento, a partir da entrada do pai, é que a castração da mãe é descoberta. E será a partir dessa vivência da castração da mãe que, de fato, a significação da castração será experimentada:

Essa experiência do desejo do Outro, a clínica nos mostra que ela não é decisiva pelo fato de o sujeito nela aprender se ele mesmo tem ou não um falo real, mas por aprender que a mãe não o tem. É esse o momento da experiência sem o qual nenhuma consequência sintomática (fobia) ou estrutural (*Penisneid*) que se refira ao complexo de castração tem efeito. Aí se assina a conjunção do desejo, dado que o significante fálico é sua marca, com a ameaça ou a nostalgia da falta-a-ser. (Lacan, 1958/1998a, p. 701)

A castração materna dá, portanto, um fechamento à questão, pois é o que permite a saída para o que se coloca com o Édipo. Isso significa que é através da constatação de que a mãe é castrada que a criança estabelece outra relação com o falo e pode abandonar a posição de buscar ser o que falta à mãe e, ao mesmo tempo, esperar que a mãe lhe dê o que lhe falta. A castração inclui a falta nesse cálculo sem saída e permite que seja possível pensar o uso do atributo fálico para que se obtenha alguma satisfação. A partir da castração, o que Lacan critica nas teorizações dos pós-freudianos pode ser invertido: em vez de buscar passar do parcial para o total, inaugura-se a possibilidade de se abrir mão da satisfação total para que se obtenha a única satisfação possível, na parcialidade.